



ACÓRDÃO Nº289/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11350/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tonantins.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Ronaldo Garcia Nascimento, Presidente da Câmara Municipal de Tonantins.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4854/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1119/1121).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tonantins. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Encaminhamento. Notificação. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Tonantins**, exercício 2015, de responsabilidade do senhor **Ronaldo Garcia Nascimento**, conforme o art. 22, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c” c/c art. 25 da Lei nº 2423/96, levando em consideração as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas;
- 9.2. **Considerar em Alcance** o senhor **Ronaldo Garcia Nascimento**, no valor de **R\$ 727.486,36 (setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos)**, nos termos do inciso VI do art. 304 e seguintes do Regimento Interno do TCE c/c art. 70, parágrafo único da Constituição Federal que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Tonantins, haja vista as restrições apontadas no Relatório Conclusivo nº 68/2016-DICAMI, e tratadas no Relatório/Voto, nos **itens 10.5, 10.6, 10.14, 13 e 23 a 25**, discriminado da seguinte forma:



ACÓRDÃO Nº289/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.2.1.** Ausência de comprovação e/ou respaldo documental, em teste de eventos subsequentes, que fundamente o saldo registrado em caixa no valor de **R\$ 501.995,86 (quinhentos e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos)** na conta Caixa;
- 9.2.2.** Ausência de comprovação e/ou respaldo documental para emissão de cheque e registro no razão contábil (Caixa) no valor de **R\$ 110.770,00 (cento e dez mil e setecentos e setenta reais)**;
- 9.2.3.** Falta de controle de entrada, saída e saldo de estoque no almoxarifado, ausência de requisições e assinaturas pelo responsável, cujas quantidades adquiridas e consumidas não possuem justificativas, no valor de **R\$ 114.720,50 (cento e quatorze mil, setecentos e vinte reais e cinquenta centavos)**;
- 9.2.4.** O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, nos termos do art. 174, §1º da Resolução nº 04/2002.
- 9.3.** **Aplicar Multa** ao senhor **Ronaldo Garcia Nascimento**, no valor de **R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos)**, nos termos do art. 54, inciso II, da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/02, haja vista as **impropriedades** não sanadas delimitadas nos **itens: 10.5, 10.6, 10.9, 10.13 e 10.14**, todos praticados com grave infração às normas legais que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ.
- A multa dever ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias**, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, inciso III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173 c/c art. 174, da Resolução nº 04/2002;
- 9.4.** **Aplicar Multa** ao senhor **Ronaldo Garcia Nascimento**, no valor de **R\$ 21.920,64 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e**



ACÓRDÃO Nº289/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

quatro centavos), nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/02, face as restrições dispostas nos **itens: 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.7, 10.8, 10.11**, configurando desta forma ato de gestão ilegítimo resultando dano ao cofre daquele município que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ.

A multa dever ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias**, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, inciso III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 c/c art. 174, da Resolução nº 04/02.

9.5. Recomendar à Câmara Municipal de Tonantins, que:

- 9.5.1.** Observe com maior rigor as exigências trazidas pela Lei nº 8.666/93, principalmente quanto a elaboração dos Projetos Básicos e Executivos de Obras e Serviços;
- 9.5.2.** Observe com maior rigor as exigências trazidas pela Lei nº 4320/64, no tocante ao controle do Orçamento daquela Casa Legislativa, além de estabelecer normas e procedimentos para salvaguarda de bens públicos;
- 9.5.3.** Implante o Sistema de Controle Interno, conforme previsão Constitucional;
- 9.5.4.** Implante ou atualize o Portal da Transparência;
- 9.5.5.** Observe as determinações contidas nas Leis, Resoluções e na Lei Orgânica, deste Tribunal de Contas, que norteiam as regras das contas públicas, no intuito de melhor atender as exigências para o devido processo de prestação de contas;
- 9.5.6.** Afaste a prática de pagamentos em espécie;
- 9.5.7.** Afaste a prática de nepotismo; e,
- 9.5.8.** Providencie a atualização das Declarações de Bens dos Agentes Políticos, nos termos da Lei nº 8429/92 e Lei nº 8730/93 c/c o art. 289, da Resolução TCE nº 04/2002.

9.6. Encaminhar, por determinação do art. 1º, inciso XXIV, da Lei nº 2423/1996, **representação ao Ministério Público Estadual**, em razão das diversas irregularidades constatadas e não sanadas,



ACÓRDÃO Nº289/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

caracterizando indícios fortíssimos de atos de improbidade administrativa (art. 10, incisos VII e X, da Lei nº 8429/1992), devendo ser remetida cópia das peças principais deste processo;

- 9.7. Notificar** o senhor **Ronaldo Garcia Nascimento** com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e para, querendo, apresentar o devido recurso;
- 9.8. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO** que após o trânsito em julgado, efetue o registro e proceda ao posterior arquivamento, nos moldes regimentais.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 4 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral